



MINISTÉRIO DAS CIDADES
Secretaria Nacional de Habitação

CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
27ª. REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: **02/12/2014**

Hora: **15h00**

Local: **SAUS, Q. 1, Bl. H, Edifício Telemundi II - Auditório Térreo - Brasília/DF**

I - ENTIDADES INTEGRANTES DO CONSELHO

1 - Ministério das Cidades - MCIDADES:

Gilberto Magalhães Occhi – Ministro de Estado das Cidades - Presidente do Conselho

Inês da Silva Magalhães – Secretária Nacional Habitação - Vice-Presidente do Conselho

Júnia Maria Barroso Santa Rosa

– Secretária Nacional de Habitação - Substituta

2 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI:

Sanderson Alberto Medeiros Leitão – Titular



Leticia Klug
Leticia Beccalli Klug - Suplente

3 – Ministério da Cultura - MinC:

Germano Andrade Ladeira - Titular

Simone Antônia Colen - Suplente

4 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS:

Camila Salvador Cipriano
Camila Salvador Cipriano - Titular

Rafael D'Aquino Mafra - Suplente

5 – Ministério da Fazenda - MF:

Juraci Campos de Lima Rangel
Juraci Campos de Lima Rangel - Titular



Jucemar José Imperatori - Suplente

12 – Central de Movimentos Populares – CMP:



Walter da Silva Monteiro - Titular

Luís Gonzaga da Silva - Suplente

13 – Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM:



Fernando Zasso Pigatto - Titular

Énio Nonato de Oliveira - Suplente

14 – Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM:



Sílvio José Gonçalves - Titular



Elizeth Cristina Vieira Costa - Suplente

15 – União Nacional por Moradia Popular – UNMP:

VAGO - Titular

Donizete Fernandes de Oliveira - Suplente

16 – Confederação Nacional da Indústria – CNI:

Maria Henriqueta Arantes Ferreira Alves - Titular

Luís Fernando Melo Mendes - Suplente

17 – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC:

Calil Cherem Netto - Titular



Hélder José Ferreira Paiva - Suplente

18 – Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF:

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'José da Silva Aguiar'.

José da Silva Aguiar - Titular

Filipe Ferrez Pontual Machado - Suplente

19 – Central Única dos Trabalhadores – CUT:

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Manoel Vaz de Lima'.

Manoel Vaz de Lima – Titular

Antônio de Lisboa Amâncio Vale - Suplente

20 – Federação Nacional dos Engenheiros - FNE:

Thereza Neumann Santos de Freitas – Titular

Alberto Pereira Luz – Suplente

o Brasileiro - ANPUR



21 – Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas – FNA:

o Brasileiro - ANPUR

Andréa dos Santos - Titular

o Brasileiro - ANPUR

Sammya Cury Dias Regiani - Suplente

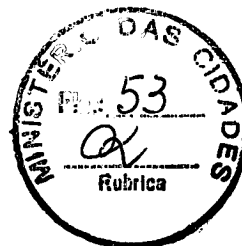
22 – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR:

Elson Manoel Pereira – Titular

Benny Schasberg - Suplente

23 – HABITAT para Humanidade Brasil:

Demóstenes Andrade de Moraes – Titular



27ª OFICINA DE POLÍTICA PÚBLICA

Marta Silêda Rebouças da Costa

Marta Silêda Rebouças da Costa – Suplente

Ministério das Cidades - Brasília - DF

Ministério das Cidades - Brasília - DF

II - ENTIDADES CONVIDADAS

1ª OFICINA DE POLÍTICA PÚBLICA

1) SETOR PÚBLICO MUNICIPAL

Cecília Maria Parlatto

Associação Brasileira de COHABs e Agentes Públicos de Habitação - ABC

2) SETOR PÚBLICO MUNICIPAL

Marco Antônio Alves Jorge

Frente Nacional de Vereadores pela Reforma Urbana – FRENAVRU

3) SETOR PÚBLICO ESTADUAL

Carlos Eduardo Xavier Marun

Presidente do Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Habitação



MINISTÉRIO DAS CIDADES
Secretaria Nacional de Habitação

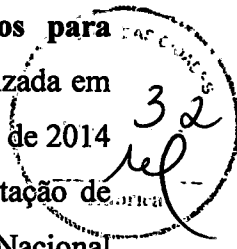


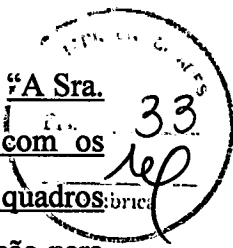
1
2
3
4
5 **CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**

6
7 **ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 02/12/2014**

8
9 Aos dois dias do mês de dezembro de do ano de dois mil e catorze, no auditório do Ministério
10 das Cidades, localizado no SAUS, Q. 1, Edifício Telemundi II, Auditório Térreo, Brasília/DF,
11 sob a presidência da Sra. **Júnia Maria Barroso Santa Rosa**, Secretária Nacional de
12 Habitação, Substituta /SNH/MCidades, e secretariada pelo Sr. **Nelson Teixeira da Silva**,
13 servidor da Secretaria Nacional de Habitação – SNH/MCidades teve início a 27ª (vigésima
14 sétima) Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse
15 Social – CGFNHIS, com a presença dos seguintes conselheiros: **Letícia Beccalli Klug**, pelo
16 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI; **Camila Salvador Cipriano**, pelo
17 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; **Juraci Campos de Lima**
18 **Rangel**, pelo Ministério da Fazenda – MF; **Cléber Ávila Ferreira**, pelo Ministério da
19 Integração Nacional – MI; **Joísa Maria Barroso**, pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA;
20 **Leila Kuhnert Campos** e **Ana Luísa Borges Leal**, ambas pelo Ministério do Planejamento,
21 Orçamento e Gestão – MP; **Teresa Cristina Sepúlveda Alcântara**, pelo Ministério da Saúde
22 – MS; **Roberto Marinho Alves da Silva**, pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;
23 **Deusdina dos Reis Pereira**, pela Caixa Econômica Federal – CEF; **Walter da Silva**
24 **Monteiro**, pela Central de Movimentos Populares – CMP; **Fernando Zasso Pigatto**, pela
25 Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM; **Silvio Jose Gonçalves**,
26 pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM; **Donizete Fernandes de Oliveira**,
27 pela União Nacional por Moradia Popular – UNMP; **Maria Henriqueta Arantes Ferreira**
28 **Alves**, pela Confederação Nacional da Indústria – CNI; **Calil Cherem Netto**, pela
29 Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; **José da Silva**
30 **Aguiar**, pela Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF; **Manoel Vaz de**
31 **Lima**, pela Central Única dos Trabalhadores – CUT; **Alberto Pereira Luz**, pela Federação
32 Nacional dos Engenheiros – FNE; **Andréa dos Santos**, pela Federação Nacional de Arquitetos
33 e Urbanistas – FNA; **Élson Manoel Pereira**, pela Associação Nacional de Pós-Graduação e
34 Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR; **Marta Silêda Rebouças da Costa**,
35 pelo Habitat para Humanidade Brasil – HABITAT; e como entidade convidada,
36 representando o Setor Público Estadual, o Sr. **Carlos Eduardo Xavier Marun**, pelo Fórum
37 Nacional dos Secretários Estaduais de Habitação. A 27ª (vigésima sétima) Reunião Ordinária
38 do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – CGFNHIS

39 destinou-se à apreciação e deliberação da seguinte pauta: **Item I - Assuntos para**
40 **Deliberação:** 1) Ata da 26ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do FNHIS, realizada em
41 25 de março de 2014; e, 2) **Voto nº 002/2014/SNH/MCIDADES**, de 17 de novembro de 2014
42 – Propõe a edição de Resolução do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de
43 Interesse Social (FNHIS), que dispõe sobre condições para regularidade no Sistema Nacional
44 de Habitação de Interesse Social (SNHIS) dos entes públicos que manifestaram interesse em
45 concluir e entregar aos beneficiários as unidades habitacionais contratadas pelo Banco
46 Morada S/A, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida. **II) ASSUNTOS GERAIS:**
47 **II.1. Apresentação SNH – Execução orçamentário-financeira das ações do FNHIS – período**
48 **2007/2014; II.2. Apresentação SNH – Balanço da adesão dos entes federados ao Sistema**
49 **Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS.** Havendo quórum regimental, a Sra.
50 **Presidenta, Júnia Santa Rosa**, cumprimentando e agradecendo a todos os presentes, declarou
51 aberta a assembleia. A seguir, foi cedida a palavra ao **Sr. Nelson Teixeira da Silva**, SNH, que
52 deu continuação aos trabalhos. Havendo cumprimentado os presentes, ele apresentou os novos
53 conselheiros integrantes deste Colegiado, quais sejam: pelo Ministério da Ciência, Tecnologia
54 e Inovação – MCTI, a **Sra. Leticia Beccalli Klug** (suplente); pelo Ministério da Cultura, a
55 **Sra. Simone Antônia Colen** (suplente); pelo Ministério do Desenvolvimento Social e
56 Combate a Fome, a **Sra. Camila Salvador Cipriano** (titular), e o **Sr. Rafael D’Aquino**
57 **Mafra** (suplente); pelo Ministério da Integração Nacional, o **Sr. Cléber Ávila Ferreira**; pelo
58 Ministério do Trabalho e Emprego, o **Sr. Roberto Marinho Alves da Silva** (titular), e a **Sra.**
59 **Maria Cristianna Barradas Carneiro** (suplente); pela CONAM, o **Sr. Ênio Nonato de**
60 **Oliveira** (suplente); pela CNF, o **Sr. José da Silva Aguiar** (titular), e o **Sr. Filipe Ferrez**
61 **Pontual Machado** (suplente); pela FNE, o **Sr. Alberto Pereira Luz** (suplente); e pela
62 ANPUR, o **Sr. Élson Manoel Pereira** (titular), e o **Sr. Benny Schasberg** (suplente). Em
63 seguida, o **Sr. Nelson Teixeira**, falou do diálogo que teve com a **Sra. Isabela Sbampato**,
64 Secretária do Conselho das Cidades sobre a necessidade de deliberação do referido colegiado,
65 na sua próxima reunião, sobre a Resolução Normativa que apontará para os próximos dois
66 anos, as entidades, integrantes do Conselho das Cidades, que ocuparão os assentos da
67 sociedade civil destinados ao Conselho Gestor do FNHIS, assim definidos: quatro entidades
68 dos movimentos populares; três entidades pela bancada dos trabalhadores; três entidades pela
69 bancada empresarial; uma entidade pelas organizações não governamentais; e uma entidade
70 acadêmica ou de pesquisa. Feitas as considerações iniciais, o **Sr. Nelson Teixeira** passou de
71 imediato à apreciação e deliberação do subitem **I.1. Ata da 26ª Reunião Ordinária do**
72 **Conselho Gestor do FNHIS, realizada em 25 de março de 2014.** Havendo sido colocada
73 em regime de votação e perguntado se seria necessária a sua leitura, que foi dispensada e
74 perguntado se haveria alguma observação a ser feita na matéria em questão, solicitou a

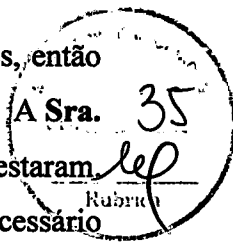




75 palavra, a Sra. **Andréa dos Santos (FNA)** para pedir a correção nas linhas 281 a 284: “A Sra.
76 Andréa dos Santos concluiu o seu aparte informando que a FNA, juntamente com os
77 movimentos sociais, aprovou em sua 5ª Conferência, uma moção de ampliação dos quadros
78 de técnicos municipais de arquitetos urbanísticos, mas que há necessidade de ampliação para
79 outros segmentos profissionais”. A conselheira solicitou fazer retificação ao período citado,
80 que passou a contar com a seguinte redação: “A Sra. Andréa dos Santos concluiu o seu aparte
81 informando que a FNA, juntamente com os movimentos sociais aprovou durante a 5ª
82 Conferência Nacional das Cidades, uma moção de ampliação dos quadros de técnicos
83 municipais de arquitetos e urbanistas, pois há necessidade de ampliação, inclusive para outros
84 segmentos profissionais, de forma a possibilitar a efetiva implantação das políticas urbanas”.
85 No uso da palavra, o Sr. **Walter Monteiro (CMP)** solicitou fazer correção na referida ata, a
86 partir da linha 320, fazendo constar sua abstenção em relação ao Voto nº 001/2014, que
87 submeteu ao Conselho o Relatório de Gestão referente ao exercício 2013. O Sr. **Nelson**
88 **Teixeira** promoveu as alterações solicitadas pela Conselheira **Andréa dos Santos** e pelo
89 Conselheiro **Walter Monteiro**, e, em seguida, submeteu a matéria ao plenário, em regime de
90 votação, sendo esta aprovada pela maioria dos presentes, registradas as abstenções do
91 Ministério da Integração Nacional, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, da
92 Confederação Nacional das Associações de Moradores e da Associação Nacional de Pós-
93 Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Passou-se ao **subitem I.2. Voto**
94 **nº002/2014/SNH/MCIDADES, de 17 de novembro de 2014 – Propõe a edição de**
95 **Resolução do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social**
96 **(FNHIS), que dispõe sobre condições para regularidade no Sistema Nacional de**
97 **Habitação de Interesse Social (SNHIS) dos entes públicos que manifestaram interesse**
98 **em concluir e entregar aos beneficiários as unidades habitacionais contratadas pelo**
99 **Banco Morada S/A, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida.** Para relatar o
100 Voto, o Sr. **Nelson Teixeira** convidou a servidora **Sra. Mirna Quinderé Belmino Chaves,**
101 **Diretora da Área de Urbanização da Secretaria Nacional de Habitação.** No uso da palavra, a
102 **Sra. Mirna Quinderé** explicou em detalhes todo o escopo do Voto em questão e fez o
103 seguinte relato: após a intervenção no Banco Morada S/A, ele deixou inacabadas cerca de
104 5.700 unidades habitacionais contratadas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida.
105 Para solucionar tal problema, o Ministério das Cidades definiu, por intermédio da Portaria nº
106 45, de 29 de janeiro de 2014, que as unidades habitacionais seriam concluídas por meio de
107 repasse de recursos do Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social – FNHIS ao setor
108 público. Assim, o estado ou município que manifestasse interesse em concluir as habitações
109 deveria enviar uma proposta ao Ministério das Cidades com dados sobre as obras e serviços
110 remanescentes a serem executados e do orçamento estimado para sua conclusão. O prazo para

111 a entrega das propostas iniciou-se em 10 de fevereiro e terminou em 11 de abril de 2014. De
112 acordo com a Portaria nº 45, de 2014, os valores de repasse de recursos do FNHIS, por
113 unidade habitacional, são limitados a R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), sendo repassada
114 aos estados e municípios somente a parcela correspondente ao valor necessário para cobrir os
115 custos das obras necessárias à conclusão das unidades habitacionais. A **Sra. Mirna Quinderé**
116 esclareceu ainda que, até 31 de dezembro de 2014, todos os interessados deverão estar com o
117 termo de compromisso formalizado, inclusive para aproveitar o orçamento disponível no
118 exercício de 2014. Existem 146 (cento e quarenta e seis) municípios que se encontram na
119 situação citada (obras não concluídas), mas somente 115 (cento e quinze) deles se propuseram
120 e aceitaram finalizar as obras com recursos do FNHIS. Alguns municípios não manifestaram
121 interesse porque as obras sequer haviam sido iniciadas, ainda e outros porque já tinham
122 concluído com recursos próprios. Dessa forma, será concluídas, com repasse de recursos do
123 FNHIS a estados e municípios, o total de 4.543 (quatro mil, quinhentas e quarenta e três)
124 unidades habitacionais. A Caixa Econômica Federal será responsável pela verificação do
125 estágio atual das obras e de orçar o valor estimado necessário, que deverá ficar em torno de
126 R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Abordando o tema do Voto propriamente
127 dito, a **Sra. Mirna Quinderé** esclareceu que muitos dos municípios interessados em concluir
128 as obras do Banco Morada não se encontram em dia com os requisitos de adesão ao Sistema
129 Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, quais sejam; firmar termo de adesão;
130 possuir Lei que institua um Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, tendo a ele
131 vinculado um Conselho Deliberativo; e elaborar Plano Local de Habitação de Interesse Social.
132 Assim sendo, caso o Conselho Gestor do FNHIS não venha a conferir tratamento
133 diferenciado, no sentido de dispensar, temporariamente, o cumprimento dos requisitos de
134 adesão ao SNHIS, as contratações dos repasses ficarão inviabilizadas, sendo esta a motivação
135 do Voto em apreciação. Concluída a apresentação, a **Sra. Maria Henriqueta Arantes**
136 **Ferreira Alves (CNI)** fez uso da palavra e disse que com o valor de R\$ 32.000,00 (trinta e
137 dois mil reais) não se constrói uma casa e que as prefeituras têm demonstrado essa
138 dificuldade. Segundo a **Sra. Maria Henriqueta**, as prefeituras possuem dificuldades para
139 aportar contrapartidas das operações, assim sendo, o Voto proposto poderia prolongar uma
140 situação de não conclusão das unidades habitacionais. Em sua opinião, seria melhor cancelar
141 os contratos iniciar outros dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida. A **Sra. Mirna**
142 **Quinderé** esclareceu que todas as unidades já possuem, ao menos, fundação, e para muitas
143 está faltando alguns acabamentos. Dessa forma, a SNH acredita que o valor posto seja
144 suficiente em termos de conclusão. A **Sra. Juraci Campos de Lima Rangel (MF)** registrou
145 que, após leitura do Voto, observou que alguns números não são fidedignos: o item 2 cita 136
146 municípios elegíveis e 15 estão em situação regular e a relatora citou o número de 146

147 municípios e que só estariam sendo abrangidos 115, sendo que 70% estão irregulares, então
148 ela entende que 30% estão regulares e dá mais de 15, portanto, os números não batem. A Sra.
149 **Mirna Quinderé** esclareceu que são 136 municípios e apenas 115 deles se manifestaram
150 Novamente com a palavra, a **Sra. Juraci Campos de Lima Rangel (MF)** disse ser necessário
151 deixar bem elucidado no Voto que não são 115 e, sim, 136 e acrescentou ainda que a referida
152 proposta objetiva atender os 115 municípios que se manifestaram e o Conselho Gestor estaria
153 aprovando, mais uma vez, uma procrastinação em favor de municípios irregulares com a
154 adesão ao SNHIS, aspecto este que não está devidamente esclarecido no Voto. Disse ainda,
155 ser Conselheira do Conselho Gestor há quatro anos e por diversas vezes ela presenciou a
156 aprovação da procrastinação de prazo, objetivando que os municípios cumprissem as
157 obrigações de adesão ao SNHIS, o que nunca aconteceu. Nesse momento, a **Sra. Presidenta,**
158 **Júnia Santa Rosa** esclareceu que o balanço de adesão ao SNHIS será apresentado durante a
159 reunião, momento em que todos poderão observar que houve melhoria na questão levantada
160 pela Conselheira do Ministério da Fazenda. Novamente com a palavra, a **Sra. Juraci Rangel**
161 **(MF)** disse ter outra observação no Voto referente ao seu item 6 “Os recursos financeiros
162 devolvidos pelo Banco Morada S/A, no valor de R\$ 21.300.000,00 (vinte e um milhões e
163 trezentos mil reais) possibilitarão à União o pagamento das etapas de obras executadas, ou
164 seja, dando a entender que seriam pagas as obras que já haviam sido executadas inclusive. A
165 **Sra. Mirna Quinderé** explicou que o FNHIS não vai pagar o que já foi executado. A União
166 pagará as obras executadas que não foram pagas pelo Banco Morada com o montante
167 recuperado judicialmente. Diante das dúvidas apontadas pela Conselheira **Juraci Rangel**, o
168 **Sr. Nelson Teixeira** sugeriu que a relatora explicasse o conteúdo da Portaria nº 45, de 2014.
169 Acatando a sugestão do Secretário da mesa, a **Sra. Mirna Quinderé** detalhou a Portaria nº
170 45, de 2014, destacando que o ato foi elaborado em parceria com os Ministérios da Fazenda e
171 do Planejamento, aproveitando um programa já existente. A **Sra. Júnia Santa Rosa** disse que
172 várias alternativas foram pensadas e quando se optou pelo FNHIS, em conjunto com os
173 Ministérios do Planejamento e da Fazenda, foi em busca de uma solução viável, visando ter
174 uma solução o mais breve possível. A seguir, o **Sr. Nelson Teixeira** disse que iria
175 disponibilizar cópia da Portaria nº 45, de 2014, mas destacando, desde já, que ela é toda
176 voltada para a conclusão e não para pagamento de etapas de obras já realizadas. Com a
177 palavra, a **Sra. Leticia Klug (MCTI)** solicitou correção para o termo “tomada de contas
178 especiais”, constante da minuta de Resolução, onde não caberia o plural. Afirmou que o Voto
179 não deixa claro que na relação do Banco Morada com a União não serão aportados recursos
180 do FNHIS, porém ao ler a minuta de Resolução compreendeu que a proposta da SNH é
181 oferecer uma flexibilização das exigências para adesão ao SNHIS, para que os municípios
182 possam receber recursos do FNHIS, permitindo regularizar a questão da adesão ao SNHIS ao



183 final do processo de prestação de contas. No uso da palavra, a **Sra. Andréa dos Santos**
184 **(FNA)** disse de forma enfática que o Conselho Gestor possui uma grande responsabilidade na
185 aprovação da proposta trazida pela SNH que, no seu entendimento, estaria abrindo
186 precedentes. Acrescentou sua preocupação em relação a esse prazo de adequação com o
187 SNHIS porque ela acredita que isso dificultará as prestações de contas. Por fim, a Conselheira
188 **Andréa dos Santos** falou dos recursos do FNHIS ao Programa Minha Casa, Minha Vida; das
189 poucas políticas implementadas no decorrer de 2014; da escassez de reuniões do Conselho
190 Gestor; e da pouca eficácia dos recursos do FNHIS. Afirmou ser imprescindível fomentar
191 mais ações relacionadas ao FNHIS que beneficiem efetivamente as famílias e uma política
192 habitacional para esse segmento. Finalizando, a **Sra. Andréa dos Santos** afirmou que deseja
193 uma alternativa à proposta do Voto em apreciação. A **Sra. Maria Henriqueta Alves**
194 questionou se as unidades de um município que não aderiu ao SNHIS seriam concluídas a
195 partir da aprovação da medida proposta, sendo apartada pela **Sra. Mirna Quinderé**, que
196 respondeu afirmativamente. A seguir, a **Sra. Presidenta, Júnia Santa Rosa**, solicitou ao
197 Secretário da mesa que encaminhasse a matéria para deliberação. Em processo de votação, a
198 matéria foi aprovada por maioria, registrados os votos contrários dos seguintes Conselheiros:
199 **Sra. Juraci Rangel**, do Ministério da Fazenda; **Sra. Maria Henriqueta Alves**, da
200 Confederação Nacional da Indústria; e da **Sra. Joísa Loureiro**, do Ministério do Meio
201 Ambiente. Foi registrada ainda a abstenção da Conselheira representante do Ministério da
202 Saúde, a **Sra. Tereza Alcântara**. Na continuidade, a **Sra. Presidenta, Júnia Santa Rosa**,
203 passou para os assuntos gerais, momento em que foram feitas apresentações sobre a execução
204 orçamentário-financeira das ações do FNHIS – período 2007/2014, e sobre a adesão dos entes
205 federados ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS. Como de praxe, a
206 **Sra. Presidenta, Júnia Santa Rosa**, solicitou ao Sr. Nelson Teixeira que disponibilizasse no
207 sítio eletrônico do Ministério das Cidades os arquivos relativos às apresentações realizadas.
208 Não houvesse mais quem desejasse fazer uso da palavra e esgotados os temas de pauta, a **Sra.**
209 **Presidenta, Júnia Santa Rosa**, deu por encerrada a reunião, às 17h45, cuja ata foi por mim
210 lavrada e assinada.

211

Brasília, 2 de dezembro de 2014.

212

Nelson Teixeira da Silva

213

Secretário

